

Evento ocorre em Brasília, em paralelo à 9ª CONSEGURO

O gestor de Riscos do Itaú Unibanco, Laurindo dos Anjos; o consultor sênior da SITAWI, Fernando Malta; o líder da Iniciativa PSI da ONU, Butch Bacani; a diretora da Mapfre, Fátima Lima; a supporter do TCFD, Denise Pavarina; e a diretora de Relações de Consumo e Comunicação da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes

Incêndios florestais, poluição nos mares, estiagem, enchentes, doenças provocadas por tabagismo e até a resistência a antibióticos, que pode se tornar a principal causa de mortes em 2050. São muitos os fatores que colocam em risco a saúde e a economia das nações ao redor do mundo. Atento a esse cenário, o setor de seguros no Brasil é o que mais se destaca globalmente dentro dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, sigla em inglês), da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. “O PSI, que nasceu no Brasil em 2012, está moldando a agenda global de sustentabilidade em seguro”, disse o líder do programa, Butch Bacani, durante a 1ª Conferência de Sustentabilidade e Diversidade, que acontece em paralelo à CONSEGURO 2019, nos dias 4 e 5 de setembro.

Segundo Bacani, a questão da sustentabilidade é importante, não só para a indústria, mas para os setores reguladores, governos e a própria sociedade. Nesse cenário, os compromissos assumidos pelas seguradoras podem promover grandes mudanças estruturais, com o foco na avaliação dos riscos, reduzindo os prejuízos causados pela má gestão e pela falta de planejamento sobre os riscos futuros.

O painel que abordou a seguridade em um cenário de imprevisibilidade também contou a participação da integrante da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), Denise Pavarina. Segundo ela, o trabalho da Task Force é fazer com que as seguradoras possam compreender os riscos financeiros que as empresas correm por conta das mudanças climáticas e devido à transição mundial para uma economia de baixo carbono.

“Nosso papel é fazer essa disseminação para que as empresas adotem as recomendações. Hoje, já temos 833 empresas que aderiram às recomendações. Não existe uma meta objetiva, porque a gente quer que, quanto mais empresas puderem adotar, melhor. Porém, a ideia é que, ao longo de cinco anos, tenhamos um número bem expressivo de empresas optando por essa nova política”, diz Denise.

A diretora de Relações de Consumo e Comunicação da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes, disse estar otimista com as propostas do PSI e do TCFD, pois o setor abraçou a causa de imediato. Segundo ela, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), que também é uma das signatárias do PSI, pretende ter o tema como uma das prioridades.

Para a diretora da Mapfre, Fátima Lima, que produziu o Relatório de Sustentabilidade da CNSeg, é importante ir além e fomentar a consciência da sociedade sobre a exposição a todos os riscos ambientais. Ela acredita que focar a questão socioambiental no setor de seguros é fundamental para integrar questões na estratégia de negócio da empresa. “Não pode ser um tema à parte, e sim integrado a essa estratégia do setor”, afirmou.

Ela explicou que o relatório revelou indicadores importantes que foram coletados no setor de seguros em 2018. Um exemplo é que 60% das empresas afirmaram integrar questões Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) em seus planejamentos estratégicos. “Isso mostra que está sendo integrada às empresas uma agenda em desenvolvimento, que vem debatendo muito esse assunto e criando uma nova visão dos riscos para que as oportunidades de negócio surjam a partir dessa nova visão socioambiental”.

Para Laurindo dos Anjos, gestor de riscos do Itaú Unibanco, é preciso atuar e catequizar as empresas com relação ao PSI e ao TCFD. “Iniciativas como essas são pilares necessários para que isso comece a permear de fato a cultura de cada instituição. Vejo caminho próspero. Precisamos começar a pensar coletivamente o que queremos para todos nós. Senão as empresas estarão despreparadas para o futuro. Temos que migrar cenários”.

Fernando Malta, consultor sênior da SITAWI, contou sobre o trabalho que a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) fez em 2018 para avaliar o nível de maturidade das instituições financeiras em relação ao TCFD. Segundo ele, 1/3 dos bancos mal tinham ouvido falar e metade já tinha conhecimento, porém, não tinha qualquer planejamento para ingressar no TCFD internamente. Ele relatou que o material foi uma ferramenta de sensibilização climática para fazer uma análise de como a carteira dos bancos estaria exposta a mudanças no clima e quais procedimentos tinham que ser feitos para incorporar esse risco climático no dia a dia.

O projeto da Febrabam para 2019 é ajudar as instituições a realizar práticas de desenvolvimento de cenários climáticos tropicalizados, pois esse é um problema no Brasil, que em geral trabalha com cenários internacionais. “Quando você começa a trabalhar essa questão para, pelo menos saber onde sua carteira está exposta às mudanças climáticas, você já tem informação para saber como vai gerir esse risco”, detalhou o consultor. Segundo ele, essas informações são capazes, por exemplo, de apontar os riscos provocados por estiagem na produção agrícola e de projetos de infraestruturas em hidrelétricas e melhorias urbanas, por exemplo.

Fonte: CNseg, em 05.09.2019